



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS MEMBROS DO INSTITUTO CENTRAL
DOS BANCOS DE CRÉDITO COOPERATIVO DA ITÁLIA**

Sexta-feira, 26 de Junho de 1998

Senhor Presidente

Ilustres Senhoras e Senhores

1. Estou feliz por dar as cordiais boas-vindas a todos vós. Saúdo e agradeço particularmente ao Senhor Presidente as amáveis palavras que, também em nome dos participantes, me acaba de dirigir. Saúdo com sentimentos de estima os componentes do Conselho de Administração, os membros do Colégio Sindical e os Dirigentes do Instituto Central dos Bancos de Crédito Cooperativo, aqui presentes.

Mediante esta visita, desejais reconfirmar a vossa adesão aos princípios que a doutrina social da Igreja pôs em realce acerca da cooperação e das leis que regulam a actividade económica e produtiva. Destas orientações hauriram a mãos-cheias gerações de empresários que, enquanto promoviam o progresso económico, jamais perderam de vista a busca da solidariedade e da tutela dos direitos das camadas humanas mais frágeis.

A instituição por vós representada haure inspiração precisamente do fecundo magistério eclesial, constituindo uma das suas mais significativas realizações concretas. Efectivamente, a forma da cooperação e da tradição de solidariedade no âmbito do crédito bancário, bem arraigada na sociedade italiana há mais de um século, constitui uma estimuladora experiência de participação e, ao mesmo tempo, um instrumento eficaz para a consecução de um nível mais elevado de justiça. No respeito pelas exigências empresariais, a vossa actividade procura promover uma democracia económica concreta, com a oferta de um crédito à medida do homem.

2. É conhecida a vivacidade com que os católicos na Itália, desde o último venténio de Oitocentos, se interessaram de maneira concreta pelo problema de prover às necessidades dos estratos mais frágeis da sociedade, criando uma rede

de Caixas Rurais ao serviço das comunidades locais, com a finalidade de defender a economia familiar, de pôr termo ao flagelo da usura e de apoiar as pequenas e médias actividades empresariais. A este propósito, o meu venerado Predecessor, Papa Leão XIII, encorajou fortemente a associação católica na Encíclica *Rerum novarum*, auspiciando que mediante tais instituições cada um possa obter «o maior aumento possível de bem-estar físico, económico e moral» (n. 42).

Como deixar de recordar aqui, entre outros, o sacerdote da Romanha Pe. Luigi Cerruti que, através da difusão dos Institutos de Crédito Cooperativo, permitiu que muitas pessoas e actividades produtoras nascessem e se desenvolvessem, em benefício do inteiro tecido social? O seu exemplo foi de estímulo válido para outras iniciativas análogas. Com efeito, a associação dos trabalhadores em estruturas de cooperação, embora nasça da necessidade de combater os efeitos negativos de uma sociedade industrial e económica orientada de forma preeminente para o lucro, teve sempre também o objectivo de manifestar uma exigência de unidade e solidariedade. Adverte-se a necessidade de ir além das meras dimensões económicas da actividade humana e além do conflito entre as severas leis do capital e as imprescindíveis exigências de salvaguarda da dignidade da pessoa humana. Estes valores devem ser também tutelados contra um «mercado» que pode incorrer sempre no perigo de esquecer que «os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz [...] com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos» (*Sollicitudo rei socialis*, 39).

3. A cooperação, compreendida desta forma, supõe a valorização do papel de cada um na comunidade, salvaguardando os interesses legítimos da pessoa. Nesta perspectiva, renovo os bons votos formulados na Encíclica *Laborem exercens*, por que os organismos sociais intermediários possam continuar a gozar «de uma efectiva autonomia em relação aos Poderes públicos e procurar conseguir os seus objectivos específicos mantendo entre si relações de leal colaboração recíproca, subordinadamente às exigências do bem comum e, ainda, apresentar-se sob a forma e com a substância de uma comunidade viva; quer dizer, de molde a que neles os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas e estimulados a tomar parte activa na sua vida» (cf. n. 14).

A estrutura mesma dos Bancos de Crédito Cooperativo, que se funda em sociedades e não em capitais, deixa entender que o objectivo primordial não é o lucro, mas a satisfação de exigências de utilidade social. Depois, a radicação difundida no território permite aos sócios conhecerem as recíprocas possibilidades e capacidades, e também intervirem de modo eficaz no âmbito da realidade local. Assim, presta-se um serviço significativo à harmonia e ao bem-estar de toda a sociedade, que pode valer-se de qualidades e recursos pessoais, de outra forma destinadas a ser descuidadas.

Ilustres Senhoras e Senhores! Enquanto faço votos por que a intensa acção social dos cerca de 600 Institutos que aderem ao I.C.C.R.E.A. continue a inspirar-se nos mananciais do ensinamento social da Igreja para um sempre profícuo serviço ao homem e à sociedade, invoco a assistência divina sobre vós e as vossas iniciativas benéficas, em penhor da qual concedo a todos a minha Bênção.

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana